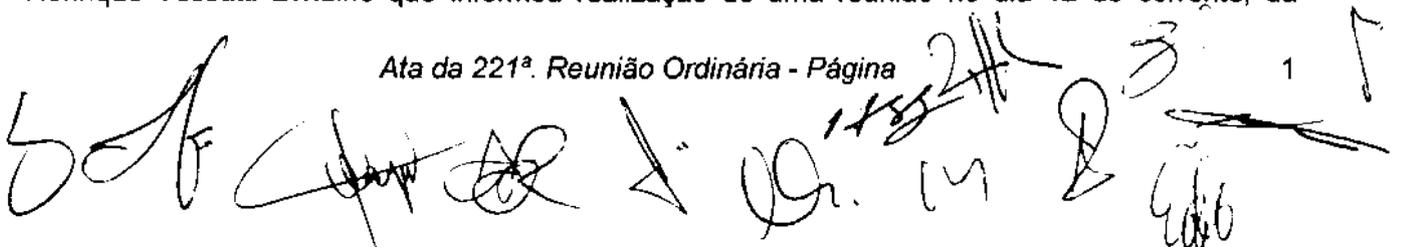
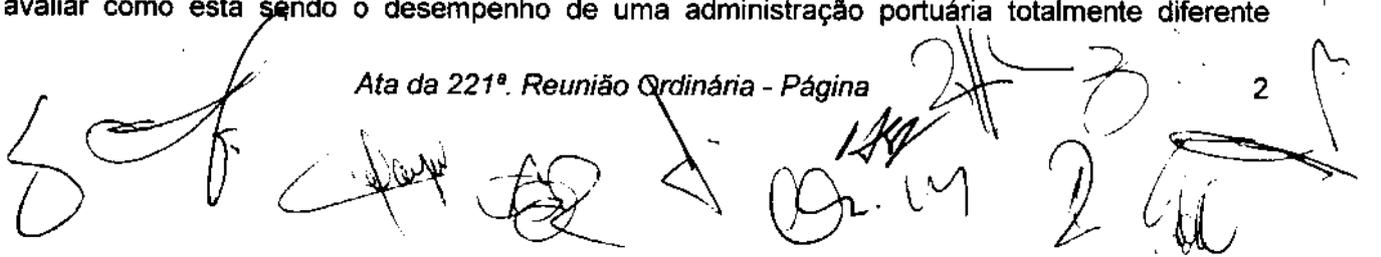


221ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro de 2012, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. **Wilson do Egito Coelho Filho**, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: Luiz Henrique Tessutti Dividino, Carlos Roberto Frisoli, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Lourenço Fregonese, Luiz Teixeira da Silva Junior, Daniel Francisco Dias Filho, Angel Millán Lázaro, Persio Souza de Assis, Regis Prunzel, Edson Cesar Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Carlos Antonio Tortato, Herber Soares de Freitas, Orlei de Souza Miranda, Maria do Socorro Oliveira, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio Fayet, Alexandre Cruzes, Juarez Moraes e Silva, Blásio José Munchen, Claudio Fernando Dauth e Joaquim Medeiros Chianca Fernandes; **Convidados:** Comandante Pacheco – CPPR, Sr. Mario Stamm - FIEP, Rudnei de Lorenzi Cancellier – ANTAQ Paranaguá, Sidney Pinto – Cotriguaçu, Jorge Magalhães – Vice-Presidente do SINDAPAR, José Estevão – Paranaguá Pilots (Praticagem) e Daltro Nascimento; **Justificativas de Ausências:** Conselheiros Ademir Bazzotti, Wilson Moraes e Silva e João Gilberto Cominese Freire; **1. ABERTURA DOS TRABALHOS;** **2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA DA 220ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho, *aprovada por unanimidade*; **3. POSSES:** - **BLOCO DO PODER PÚBLICO** como Representante Titular do Governo Estadual, Conselheiro **LUIZ HENRIQUE TESSUTI DIVIDINO**; - **BLOCO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS** - Representante Titular dos Exportadores e Importadores de Mercadorias, **LUIZ ANTONIO DE CAMARGO FAYET**; O Presidente cumprimentando os empossados, desejou sucesso em suas gestões. **4. ORDEM DO DIA:** **4.1 – ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATORIO Nº. 005/2012 DA COMISSÃO TARIFÁRIA ORÇAMENTÁRIA E DE INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS, ACERCA DA APRECIÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA APPA PARA O EXERCÍCIO 2013 (OFÍCIO 559/12-APPA)** – Cons. Edson Cesar Aguiar – Relator, que efetuou a leitura do Relatório nº. 05/2012, no seguinte teor: A Comissão reuniu-se no dia 12 de setembro do corrente, para análise e discussão da “Análise da Proposta de Orçamento e de Investimentos da APPA, para o exercício de 2013”, e, Considerando o recebimento do Ofício n.º 559/12-APPA, de 20 de agosto de 2012, que encaminhou, para opinião deste CAP, a cópia da Proposta Orçamentária da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) para o exercício de 2013, à ser submetida à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Considerando a apresentação da Proposta, feita nesta data, pelos representantes da APPA: Sr. Luiz Fernando Garcia da Silva, Chefe da Divisão Financeira e Srta. Xênia Karina Arnt, Chefe do Departamento de Planejamento; Considerando as competências legais deste CAP, estabelecidas pelo art. 30, capítulo VI, da Lei n.º 8.630/93, notadamente a de opinar sobre a proposta de orçamento do porto; Considerando a sugestão apresentada pelos participantes da reunião, **Resolve:** Considerar aprovada a Proposta da APPA que será apresentada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Paranaguá, 12 de setembro de 2012. Cons. **Luiz Henrique** disse que com essa proposta a APPA estava dando cumprimento ao que é estabelecido na legislação vigente. O trabalho foi efetuado pautado nas discussões do PDZPO, com o descritivo de onde serão empenhadas as verbas para o exercício 2013, e na sua estrutura, a preocupação maior estava nas grandes contas, onde se deixa claro no que se pretende investir, embora possa haver algum remanejamento ao longo do ano. **4.2 – ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATORIO Nº. 002/2012 DAS COMISSÕES DE REGULAÇÃO PORTUÁRIA, TARIFÁRIA E ORÇAMENTÁRIA, ACERCA DA APRECIÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 021/2012 (OFÍCIO 374/2012), DA APPA**, Relator Cons. Luiz Henrique Tessutti Dividino que informou realização de uma reunião no dia 12 do corrente, da

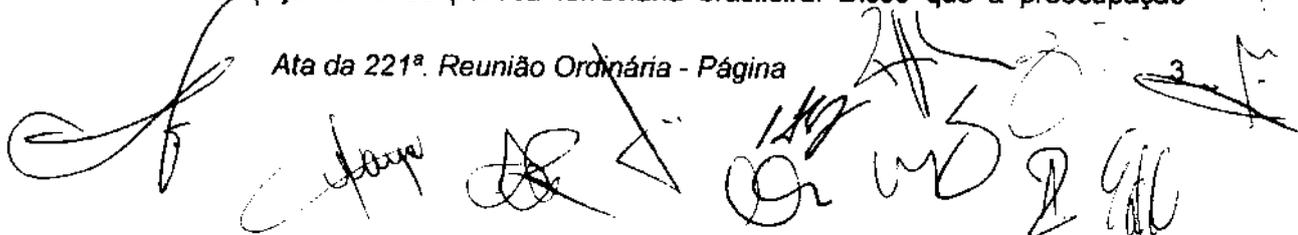


Comissão de Regulação Portuária e Comissão Tarifária para discussão do **Regulamento do Acesso de Caminhões ao Porto de Paranaguá, conforme Ordem de Serviço nº 021/2012 da APPA**, que estabeleceu a criação de uma tarifa para recadastramento dos caminhões que não o fizeram previamente, e de uma penalidade sobre estadia do mesmo no pátio. Efetuou a leitura do Relatório no seguinte teor: **CONSIDERANDO** que os termos da Ordem de Serviço nº. 021/2012 consubstanciou matéria de competência e análise das Comissões supracitadas; **CONSIDERANDO** as competências do CAP, estabelecidas pela Lei Federal 8.630/93, **CONSIDERANDO** o grande fluxo rodoviário de cargas ao Porto de Paranaguá, em especial no período de escoamento das safras, com possível ocorrência de filas ao longo da BR-277 para o acesso dos caminhões; **CONSIDERANDO** a necessidade de organizar / otimizar esse fluxo rodoviário ao Porto de forma a minorar os efeitos deletérios das ocorrências de filas ao longo da BR-277; **CONSIDERANDO** que os caminhões que transportam a safra agrícola, destinados ao Porto de Paranaguá, obrigatoriamente, tem programação/destinação específicas a navios previamente programados a carregar; **CONSIDERANDO** que as filas possíveis somente se dão/darão em função de intempéries ou por erro de programação do responsável pela mesma; **CONSIDERANDO** que esse responsável pela programação, nessas indesejáveis ocorrências, obrigatoriamente é um Operador Portuário cadastrado junto a essa APPA, e, portanto, subordina-se a todos os regulamentos da mesma; **RESOLVE**: Que a presente Ordem de Serviço seja devolvida à APPA para o estabelecimento de critérios de cobranças não previstos no seu contexto e para sua discussão com o Bloco dos Operadores Portuários, para aprovação posterior do Plenário; Cumpra-se; Paranaguá, 12 de setembro de 2012; O **Presidente** informou que conforme sugestão da Cons. Maria do Socorro e por tratar-se de um assunto com prioridade, tão logo a proposta fosse acordada entre as duas partes será baixada uma Resolução "ad referendum" pelo Conselho, o que concordado pelo plenário. **5. INFORMAÇÕES GERAIS: 5.1 - RELATÓRIO GERENCIAL DA APPA** – Representante Suplente da Administração do Porto - Cons. Lourenço Fregonese que efetuou um comparativo com igual período do no anterior, bem como com outros portos brasileiros. Sr. Rudnei Cancellier, representante da ANTAQ indagou o que a APPA está planejando fazer como tomada de ação para resolver os problemas destacados no Relatório Gerencial e se a curto prazo existem objetivos para atingimento dos níveis de operação, lembrando que a ANTAQ irá mudar o seu foco de fiscalização para a qualidade de serviços e estará estabelecendo os seus próprios indicadores. Cons. Luiz Henrique respondeu dizendo que algumas medidas corretivas já estão sendo tomadas, e que a APPA cobra mas em um limite razoável. No seu entendimento, o principal componente é detectar o problema e dar um prazo adequado para solução do mesmo, e para isso a APPA está mantendo um estreito contato com os operadores e já se observa alguma evolução. Disse que não basta apenas discutir reforma e repotenciamento, tem alguns investimentos pontuais que deverão ser efetuados até em parcerias com a iniciativa privada para minimizar os problemas e já está havendo uma série de mudanças que são transparentes e invisíveis para o mercado, mas para quem está operando são críticas. Como exemplo lembrou que no passado era possível fazer composição de cargas, o que favorecia a movimentação portuária e que hoje pela legislação não é permitido. Destacou que deverão vir novas práticas e que serão criados desafios diferentes para o porto, uma vez que o PDZPO colocou a APPA em novos desafios inclusive a mesma deverá apresentar nos próximos dias a ANTAQ o programa de arrendamento que vai possibilitar novos entrantes. Cons. Alexandre Cruzes disse que com relação aos terminais, existe um acompanhamento pela Divisão de Silos através do sistema carga on-line e lembrou que está sendo desenvolvido pela Celepar um portal que será uma ferramenta que dará a Autoridade Portuária uma visão em tempo real dos terminais. Cons. Maria do Socorro sobre as mudanças e novas tendências de fiscalização anunciadas pela ANTAQ, disse que são extremamente necessárias desde que seja um processo de qualidade, porque colocar índices de desempenho diferente dos que já estavam acostumados na fiscalização, é um fator que vai alterar muito a gestão portuária. Lembrou que nos portos internacionais existem índices para avaliar como está sendo o desempenho de uma administração portuária totalmente diferente



daqui, onde o Tribunal de Contas não olha o que realmente está deixando de ser administrado. Parabenizou a ANTAQ por essa posição de realmente fiscalizar o porto sob um outro conceito, porque acredita que só irá ajudar o administrador portuário a tomar decisões e gerenciar o sistema portuário. Destacou que o porto já tinha muitos problemas e agora estão surgindo outros onde a questão ambiental é a mais importante. **Cons. Baka** completou dizendo que a sociedade moderna e o mundo todo está exigindo uma nova modalidade de cobrança, e as leis brasileiras deverão se adequar a essa nova realidade, porque o Ministério Público assumiu um poder forte e está obrigando as organizações a se adequarem e mudarem até a forma de administração. **Cons. Chapaval** sobre o Relatório Gerencial, disse que ninguém mais que os terminais como representantes de exportadores, comerciantes e cooperativas, tem interesse no aumento da produtividade. Os índices de produtividade no passado eram menores que os de hoje e por estar o Corredor de Exportação no limite de sua capacidade de escoamento da produção, muitas vezes quando o cliente quer descer o produto não tem espaço na moega. Disse que é difícil fazer com que um terminal com uma só linha de embarque consiga produzir mais. Falou ainda de diversos outros itens que estão impactando diretamente nos terminais, como o alfandegamento, as questões legais de segurança, as novas diretrizes e determinações do Ministério do Trabalho, a questão do meio ambiente, a dragagem, além da perda de tempo com entrada e saída de veículos que faz com que os terminais percam grande parte de sua produtividade. Lembrou que a nível nacional, os berços de carregamento de granéis sólidos dificilmente na movimentação ultrapassam a casa dos cinco milhões e meio de toneladas e que em Paranaguá esta média no ano anterior foi alcançada, independente do índice de produtividade. Pela sua análise, as dificuldades que existem e que podem ser melhoradas além da capacidade da moega ociosa e limitação da capacidade de escoamento do Corredor de Exportação, é a disponibilidade de apenas três berços que inviabilizam o aumento da exportação. **Cons. Juarez** lembrou que o Relatório Gerencial no formato atual significa um avanço indiscutível da administração portuária, porque possibilita que todos façam reflexões positivas. Sobre as colocações do representante da ANTAQ, e lembrando que todos os segmentos já têm indicadores macros de performance, sugeriu que fossem eleitos dois ou três por segmento que focassem a produtividade e o tempo de atracação, e que fossem trazidos e avaliados para comporem a apresentação do Relatório, inclusive que a própria ANTAQ já tem vários indicadores que poderiam ser escolhidos para comporem o mesmo. O **Presidente** disse que a SEP junto com a ANTAQ tem na área de planejamento um programa chamado de gestão por resultados, que visa escolher entre os indicadores do setor portuário quais são factíveis para em um futuro colocar como meta dentro dos contratos de arrendamentos, portanto a médio prazo poderia serem colocados índices para serem cumpridos dentro dos contratos, desde que negociados com cada operador.

5.2 - INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ - Representante do Governo do Estado do Paraná - **Cons. Lourenço Fregonese**. **5.3 - APRESENTAÇÃO DA 'ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ENTRE OS PORTOS PARANAENSES E PORTOS CONCORRENTES'**; **Eng. Mario Stamm**, Consultor de Logística e Infraestrutura de Transporte da FIEP-Federação das Indústrias do Paraná, que fez apresentação de um projeto de extensão onde é construído um sistema de informações que permite acompanhar o desenvolvimento da movimentação de produtos componentes das principais cadeias na estrutura paranaense. O projeto tem como objetivo estabelecer comparações entre grupos de cargas movimentadas em diferentes portos brasileiros com o foco principal na estrutura portuária paranaense e os portos concorrentes. Como resultado foi criado um site onde todos podem encontrar os comparativos desde o ano de 2008. **Cons. Fayet** cumprimentou o Sr. Mario Stamm pela apresentação, dizendo que o aperfeiçoamento desses mecanismos da análise concorrencial é fundamental, porque além de revelarem fatos importantes mostram qual o futuro do Porto de Paranaguá. Lembrou da apresentação do Mapa contendo o projeto das ferrovias de cargas no Brasil, apresentado pelo Ministério do Planejamento no evento "Brasil nos Trilhos", confirmando o que já havia sido apresentado durante o lançamento da política ferroviária brasileira. Disse que a preocupação



concorrencial é muito grande, está acontecendo uma mudança brutal da realidade, os outros portos estão investindo pesado e o Paraná deve se fixar no que pode ser realmente resolvido, como exemplo citou melhorar o modal rodoviário que a curto prazo pode dar uma melhor resposta. O Presidente lembrou que antes de assumir a Presidência do CAP em Paranaguá estava na Presidência do CAP em Santarém, Belém e Vila do Conde no Pará, e pode dizer com segurança que não há comparação entre o Porto de Paranaguá e esses portos, principalmente com relação aos investimentos já efetuados pela iniciativa privada. Portanto não acredita em uma substancial perda de carga de Paranaguá para esses portos e sim que os mesmos deverão apenas absorver a carga excedente em função do crescimento da produtividade. Considera muito importante os dados comparativos apresentados no Relatório, porque aqueles que eventualmente estejam apresentando queda, possam ser analisados o porquê, e em cima disso efetuado um trabalho para recuperação dessas cargas. 6. EXPEDIENTE: 6.1 - Relatório de Atividades do OGMO; 6.2 - Correspondências Expedidas e Recebidas; 7. ASSUNTOS GERAIS - Cons. Luiz Henrique embora a dragagem tivesse uma previsão de aproximadamente oito meses, acredita que a parte principal já foi efetuada, inclusive feita a primeira medição dos serviços e já entregue a Capitania, inclusive com a segunda medição que deverá ser encaminhada nos próximos dias, provavelmente as restrições impostas pela Autoridade Marítima deverão ser retiradas. Propôs agendamento de uma reunião com a Comissão de Dragagem juntamente com a Capitania dos Portos para tratar das questões relacionadas à Dragagem. Cons. Tortato informou de sua participação em Brasília em uma reunião entre as Federações dos Trabalhadores, Portuários, Estivadores e Avulsos com a Ministra Glesí Hoffman para discussão do pacote que deverá ser baixado pelo Governo Federal com relação a Portos e Aeroportos, uma vez que envolve diretamente a questão dos trabalhadores nos portos do Brasil. Disse que a referida reunião deu a oportunidade aos trabalhadores de exporem suas reivindicações, e durante a mesma foi constituída uma Comissão e um Calendário para discussão e negociação com a ANTAQ e a SEP, principalmente como ficam essas mudanças a partir desse pacote. Disse que são questões que devem ser aprimoradas porque têm reflexos diretos nos terminais públicos e no trabalho nos portos, o que deixa os trabalhadores nos portos brasileiros com uma preocupação generalizada. Acredita que provavelmente a partir de agora deverá haver um horizonte com alguns embates porque as federações exigem que o Governo Federal respeite a resolução que estabelece democratização na relação trabalho/capital dos portos. Comunicou que estará disponibilizando para circulação no Conselho documento que consta os tópicos discutidos na reunião. Cons. Juarez efetuou convite para uma reunião no período da tarde com a Dra. Claudia Gross especialista na área ambiental que estará apresentando boas teses com relação a questão da competência entre as autoridades ambientais que licenciam e também com a condução de outras exigências, é uma oportunidade rara e muito interessante para aqueles que estão afetos à matéria. Também disse que a reforma governamental citada pelo Cons. Tortato realmente é muito relevante e sugeriu ser pautado na próxima reunião do Conselho. Cons. Fayet disse que algumas Confederações estão querendo entrar no CAP e para isso estão tumultuando a legislação, querem tirar o poder deliberativo dos CAPs, no entanto a CNA quer continuar com a integralidade dos CAPs, e sugeriu o Conselho elaborar uma manifestação para manter a integralidade do que lhe confere a lei. O Presidente disse que em Brasília está se falando muito nas mudanças de gestão, mas acredita que após realização de uma série de reuniões, deverão ocorrer apenas alguns ajustes e o Porto de Paranaguá como está sendo conduzido de maneira correta, não deverá ter dificuldades com esses ajustes e irá se manter na posição que ele merece dentro do contexto nacional. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos pela presença e encerrou a 220ª. Reunião Ordinária, tendo sido lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os Conselheiros, tão logo aprovada.

Conselheiros:

Wilson do Egito Coelho Filho _____

Luiz Henrique Tessutti Dividino _____
Carlos Roberto Frísoli _____
José Baka Filho _____
Ivany Marés da Costa _____
Lourenço Fregonese _____
Luiz Teixeira da Silva Junior _____
Daniel Francisco Dias Filho _____
Angel Millán Lázaro _____
Persio Souza de Assis _____
Regis Prunzel _____
Edson Cesar Aguiar _____
Marco Aurélio Chapaval _____
Carlos Antonio Tortato _____
Herber Soares de Freitas _____
Orlei de Souza Miranda _____
Maria do P. Socorro de Oliveira _____
Blásio José Munchen _____
Claudio Fernando Daudt _____
Blásio José Munchen _____
Juarez Moraes e Silva _____
Alexandro Cruzes _____
Ismael Alves Pires Neto _____
Luiz Antonio Fayet _____
Zulfiro Antonio Bosio _____